



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MEC-SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
COLÉGIO DE DIRIGENTES

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA COLÉGIO DE DIRIGENTES DO IFMT

Data: 15/03/2016 – Das 08h00min às 18h00min	Local: Reitoria - Auditório
---	---------------------------------------

PRESENCAS

PRESIDENTE

José Bispo Barbosa	Reitor do IFMT
--------------------	----------------

PRÓ-REITORES

Ghilson Ramalho Correa	Pró-Reitor de Ensino
Glauca Mara de Barros	Pró-Reitora de Desenvolvimento Institucional
Levi Pires de Andrade	Pró-Reitor de Extensão
Túlio Marcel Figueiredo	Pró-Reitor de Administração
Wander Miguel de Barros	Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação

DIRETORES GERAIS DE CAMPUS

Alex Sandro Siqueira da Silva	Diretor Geral do Campus Pontes e Lacerda
Carlos André O. Câmara	Diretor Geral do Campus Sorriso
Dimorvan Alencar Brescancim	Diretor Geral do Campus Primavera do Leste
Fábio Luis Bezerra	Diretor Geral do Campus Campo Novo do Parecis
Geraldo Aparecido Polegatti	Diretor Geral do Campus Juína
Gilcélio Luiz Peres	Diretor Geral do Campus Avançado Tangará da Serra
Gilma Silva Chitarra	Diretora Geral do Campus Avançado Sinop
João Vicente Neto	Diretor Geral do Campus Avançado Lucas do Rio Verde
Josdyr Vilhagra	Diretor Geral do Campus Barra do Garças
José Luiz de Siqueira	Diretor Geral do Campus São Vicente
Julio César dos Santos	Diretor Geral do Campus Alta Floresta
Luiz Carlos de Figueiredo	Diretor Geral Substituto do Campus Cuiabá
Maria Auxiliadora Almeida	Diretora Geral do Campus Avançado Diamantino
Milson Evaldo Serafim	Diretor Geral do Campus Olegário Baldo - Cáceres
Osmar Antônio Magnabosco	Diretor Geral do Campus Rondonópolis

Rafael de Araújo Lira	Diretor Geral do Campus Confresa
Sandra Maria de Lima	Diretora Geral do Campus Várzea Grande
Suzana Aparecida da Silva	Diretora Geral do Campus Cuiabá-Bela Vista

ASSESSORIA DO CODIR/IFMT

Ewerton Viegas Romeo	Redator da Ata
Willian Silva de Paula	Mediador da Reunião
Nádia Louise D. S. Freitas	Secretária

PAUTA

15/03/2016

ABERTURA - ATA - CONTROLE INTERNO - INFORMES

O mediador da reunião, Willian de Paula, deu início à reunião desejando boas-vindas a todos os presentes. A ata da última reunião deste colegiado, realizada em 24 de fevereiro de 2016, foi aprovada.

O presidente deste Colégio de Dirigentes, José Bispo Barbosa, apresentou o convidado Carlos Augusto Ferraz, Diretor da Secretaria de Controle Externo do TCU/MT, para dialogar sobre gestão e controle interno.

Carlos Ferraz informou que será feito possivelmente no segundo semestre fiscalização no Ifmt para conhecer a instituição e definir possíveis trabalhos futuros, visando a melhoria da atuação do instituto junto à sociedade.

Nesse sentido, o diretor discorreu sobre o papel do gestor e a importância do controle interno. Ele frisou que o gestor deve ter clareza da missão e das metas da instituição, e o controle interno se torna nesse contexto o mecanismo que a gestão cria para poder tratar os riscos de não atingir o planejamento.

Carlos Ferraz salientou que há a necessidade de maior colaboração com o órgão de controle interno, na medida em que a instituição deve prestar contas à sociedade.

Questionado sobre a legalidade da flexibilização de carga horária dos técnicos administrativos, o diretor ressaltou que o regime jurídico é definido por lei, e a flexibilização cabe apenas quando a lei permite a discricionariedade do gestor. Ele destacou ainda que flexibilização difere de redução, e que o papel do gestor é definir o que é melhor e viável para a instituição.

Em seguida, o presidente apresentou um relatório elaborado pela CGU, e encaminhado à Setec, referente à oferta de vagas e relação entre o número de alunos por professor, embasado no termo de acordo e metas. Conforme José Bispo Barbosa, para a elaboração do documento, que ainda não é oficial, aproximadamente 30

instituições federais de ensino foram avaliadas, incluindo o IFMT.

Ao expor o documento, ele destacou que em relação à carga horária, o IFMT apresenta média de 21 alunos equivalentes.

Ainda acerca do documento, o presidente informou que houve reunião na semana passada com a presidência da república, em que foi lançado o Pronatec, com 2 milhões de vagas para o país, sendo 200 mil vagas para os IFs. Ele expressou que os institutos federais deverão ofertar o programa com recurso próprio, sem a contrapartida financeira e orçamentária do governo. José Bispo disse que é primordial que a situação seja discutida, em momento a ser definido, com os diretores gerais e chefes de departamento de ensino.

Em relação à Formação Inicial Continuada – FIC, serão ofertadas 150 mil vagas, com 4.750 vagas para o Estado de Mato Grosso. Será analisada a condição de oferta de cada unidade, considerando o número de professores e o impacto na carga horária docente. Ele ressaltou que o Estado terá dificuldades para atender efetivamente à oferta de vagas que a ele foram destinadas. A situação será exposta pelo Conif à presidência de república.

O presidente discorreu ainda sobre o quantitativo de aluno matriculado em relação à força de trabalho, em que não deve ser ultrapassado o limite de 20% de contratação de professores substitutos, e carga horária docente, que deve ser 60% destinada para atuação em sala de aula.

Ele comunicou que o TCU exigirá o cumprimento de todos os apontamentos do termo de acordo de metas, que inclui a obrigatoriedade de publicização da quantidade de aulas dos professores no site institucional, bem como a indicação de que as pesquisas realizadas no instituto são voltadas para atendimento à comunidade.

Posteriormente, o presidente apresentou os seguintes informes:

- A expectativa é de que 2016 seja um ano complicado do ponto de vista financeiro e orçamentário. Nesse sentido, informou que há portaria do Ministério do Planejamento que limita o uso de diárias e passagens, bem como proíbe a compra e locação (a longo prazo) de veículos e de imóveis.
- Deve haver esforço dos gestores para ingressar alunos na instituição. O orçamento do ano de 2017 será composto considerando a quantidade de alunos do segundo semestre de 2015 e primeiro semestre de 2016. A coleta das informações é feita no mês de junho.

Alex Sandro, Diretor Geral do Campus Pontes e Lacerda, recomendou que seja refletida a possibilidade de realização de reuniões por meio de videoconferência, no intuito de racionamento de esforço e custo.

APRESENTAÇÃO DO REGULAMENTO DE ATIVIDADES DOCENTES

Ghilson Ramalho, presidente da comissão de revisão e ajuste do regulamento de atividades docentes, informou inicialmente que após a última reunião deste colegiado (24.02), em que foi feita a contextualização do documento e dos procedimentos utilizados pela comissão, duas reuniões foram realizadas, nas quais o grupo debateu e notou a necessidade de proceder algumas modificações, visando o aperfeiçoamento da minuta.

Na sequência, Suzana Silva, membro da comissão, contextualizou o documento, que regulamenta o planejamento, a execução, o acompanhamento e avaliação das atividades docentes, que contempla ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional. Ato contínuo, ela apresentou o documento, explicitando o conteúdo de que trata cada um dos seis capítulos e três anexos contidos no regulamento.

No que tange às atividades de ensino, Suzana Silva destacou que um grande avanço que o documento traz é que as atividades de treinamento esportivo e culturais (teatro, coral etc), com duração expressa em 50 min, conforme regulamenta a organização didática, serão caracterizadas como aula, devendo estar atribuídas no encargo didático do professor. Ainda sobre atividades de regência, porém não caracterizadas como aula, ela informou que o regulamento estabelece carga horária máxima de 3 horas semanais para orientação e supervisão.

Posteriormente, Suzana Silva discorreu sobre as atividades consideradas como manutenção ao ensino, entre elas, ações relacionadas ao estudo, planejamento, elaboração de materiais didáticos e preparação de aulas. Como atividades de apoio ao ensino, serão consideradas todas as atividades diretamente vinculadas às matrizes curriculares e aos programas de acompanhamento e atendimento ao alunos de cursos regulares.

Suzana Silva elencou todas as atividades de pesquisa regulamentadas, atentando que a organização de eventos científicos e a atuação em bancas de avaliação serão caracterizadas como atividades dessa natureza.

Em seguida, Suzana evidenciou o total da carga horária relativa às atividades de pesquisa, extensão e gestão institucional, a ser considerada no PTD. Conforme enfatizado por ela e pelos outros membros da comissão, no plano de trabalho esse total não poderá ser superior a 24 horas no plano de trabalho, para que não seja ultrapassada as 40 horas semanais. O grupo frisou ainda que os dirigentes de pesquisa, de extensão e de ensino deverão homologar as atividades do professor.

Logo após, a comissão abriu espaço para que os presentes na reunião pudessem contribuir com proposições.

José Bispo Barbosa, presidente deste colegiado, observou que o documento deve se atentar à carga horária das atividades dos cursos a distância, bem como a carga horária dos professores substitutos.

Indagou-se acerca da distribuição de atividades docentes nos três turnos. A comissão disse que cabe à gestão de cada campus a operacionalização mais adequada, pautando-se na legislação.

Nesse sentido, os membros discorreram ainda sobre a retribuição do adicional noturno, que conforme eles, deve seguir também o que determina a legislação. Isto é, a retribuição deve ser feita quando há execução das atividades a partir das 22h00min.

Outra ponderação foi referente à atuação dos docentes em diferentes níveis de ensino, observada a área profissional, expressa no artigo 7º. Após reflexão, os presentes indicaram a revisão do ponto, considerando o

que estabelece a lei.

No artigo 9º, uma das recomendações é que de que o treinamento esportivo esteja contemplado no componente curricular. Ainda nesse artigo, propôs-se a discussão (de forma desassociada da orientação de estágio, tcc e monografia) sobre a equivalência do horário de orientação de dissertação e tese e a limitação do quantitativo de alunos orientados.

Em relação ao artigo 10, que trata das atividades de regência, de aula, uma das sugestões foi a manutenção do quantitativo de 22 aulas (ao invés de 24 aulas, da atual proposta) semanais, de 50 min, como indica o regulamento anterior. Nesse sentido, complementou-se que o professor substituto deve ter a mesma carga do professor efetivo.

Solicitou-se também que seja refletida a carga horária semanal do docente que atua em programa de pós-graduação stricto sensu, de modo que não haja sobrecarregamento do professor; especificamente, a proposta é de que o limite máximo seja de 10h, como já acontece em alguns campi. O presidente recomendou que seja elaborada regulamentação própria acerca da docência na pós-graduação, orientando para o atendimento da solicitação supracitada.

No que tange à realização e atribuição de carga horária para a realização das atividades de pesquisa e extensão, os participantes, de modo geral, enfatizaram a importância dessas áreas, apontando que elas contribuem enormemente para o desenvolvimento da instituição. Levi Pires, Pró-Reitor de Extensão e membro da comissão, disse que foi refletida a necessidade da indissociabilidade entre o tripé ensino, pesquisa e extensão quando da revisão do regulamento. Ele atentou ainda para a necessidade de realização de extensão, na medida em que, além do relatado, o instituto deve prestar contas aos órgãos de controle.

Foi frisado, entretanto, que a vocação do professor deve ser respeitada, e que os caminhos para realização de pesquisa e extensão de qualidade devem ser debatidos. Levi Pires complementou que um dos desafios é diminuir a rotatividade dos coordenadores de extensão.

Xisto Rodrigues, Diretor de Pós-Graduação, disse que tem se discutido constantemente o compartilhamento de recursos com a pró-reitoria de extensão para elaboração de projetos voltados para o desenvolvimento social e tecnológico da comunidade.

No artigo 11, propôs-se a possibilidade de se considerar fatores diferenciais, como número de turmas, para quantificação do fator multiplicativo de 0,5 a 1,0.

Foi solicitada a inclusão de parágrafo, no artigo 25, estabelecendo que o docente que for dispensado de sala de aula está isento da apresentação de PTD. Nesse sentido, sugeriu-se que seja acrescentado parágrafo no artigo 26 esclarecendo que caso o docente seja dispensado das 08 horas de sala de aula, ele deve exercer as 40 horas semanais em sua função.

Outra proposição foi a alteração do prazo mínimo para distribuição de encargo didático, no artigo 33, de 30 dias para 45 dias. O presidente disse que na discussão desse ponto deve ser considerada a excepcionalidade do período de greve.

Acerca do colegiado de departamento, explicitado no artigo 36 como responsável pela homologação do plano de trabalho docente, foi constatado que esse colegiado não está descrito no regimento interno de alguns campi e no regimento geral. Um dos posicionamentos sobre a situação é de que até que se institua o colegiado de departamento no regimento geral, a atribuição de avaliação do PTD fique a cargo do colegiado de pessoal docente, nas unidades em que não houver aquele colegiado.

Indicou-se ainda que que seja inserida nos anexos coluna para preenchimento do número do protocolo de registro dos projetos, bem como coluna para incluir o número da portaria de nomeação quando o servidor assumir atividades de gestão.

Foi proposto que haja ampliação da comissão para consolidar a revisão do regulamento.

José Bispo expressou que não é possível a concretização da proposta tendo em vista que a comissão já iniciou os trabalhos há mais de um ano, e muitas discussões e contribuições já foram realizadas.

Dessa forma, definiu-se que as propostas apresentadas nesta reunião serão analisadas pela comissão responsável pela revisão e ajuste do regulamento, e o documento será reencaminhado aos campi após a consolidação.

JOGOS IFMT 2016

Gilcelio Peres, Diretor Geral do Campus Avançado Tangará da Serra, sede dos 3º Jogos do IFMT, recordou que no dia 10 de março foi realizada a cerimônia de lançamento do evento, com a participação do pró-reitor e do diretor extensão do IFMT, Levi Pires de Andrade e Elson Santana, do secretário de esportes do município, Ademir Anibale, e do professor de educação física e responsável local pelos Jogos, Donizeti Ferreira Barbosa Júnior. Durante a cerimônia, foi apresentada à comunidade escolar uma placa de contagem regressiva para evento.

Ele informou que a parceria com a prefeitura e com o sindicato rural está consolidada e discorreu, posteriormente, sobre os locais de competição.

O levantamento de espaço e preços da rede hoteleira já está sendo realizado, e assim que finalizado será encaminhado aos gestores dos campi.

Acerca da alimentação, Gilcelio Peres propôs que as refeições sejam feitas em ambiente único, de modo a facilitar a logística e operacionalização das ações, evitando transtornos às equipes. Para isso, o diretor solicitou colaboração dos diretores e professores de educação física com o posicionamento antecipado sobre a proposição. Ele comunicou que os preços de buffet estão sendo avaliados e podem ainda diminuir.

O diretor geral solicitou também apoio dos gestores com a disponibilização de enfermeiros. Um documento referente ao assunto será encaminhado aos campi.

Gilcelio Peres falou que será desenvolvido site para acompanhamento do evento. Ele disse ainda que serão

realizados jogos simbólicos com alunos da APAE e do instituto de cegos e surdos do município.

Por fim, o diretor geral propôs que o evento, agendado para acontecer no período entre 13 e 17 de junho, seja antecipado para o dia 12 (e se estenda até o dia 16), para que haja realização de abertura e confraternização de aniversário do campus. A proposta foi aprovada.

Gilcelio Peres reforçou a necessidade de colaboração, principalmente, dos diretores gerais e dos professores de educação física dos campi.

O presidente agradeceu a presença de todos e a reunião foi encerrada às 18:00.

NOMES	ASSINATURAS
JOSÉ BISPO BARBOSA Presidente	
GHILSON RAMALHO CORREA Pró-Reitor de Ensino	
GLAUCIA MARA DE BARROS Pró-Reitora de Desenvolvimento Institucional	
LEVI PIRES DE ANDRADE Pró-Reitor de Extensão	
TÚLIO MARCEL FIGUEIREDO Pró-Reitor de Administração	
WANDER MIGUEL DE BARROS Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação	
ALEX SANDRO SIQUEIRA DA SILVA Diretor Geral do Campus Pontes e Lacerda	
CARLOS ANDRÉ CÂMARA Diretor Geral do Campus Sorriso	
DIMORVAN ALENCAR BRESCANCIM Diretor Geral do Campus Primavera do Leste	
FÁBIO LUIS BEZERRA Diretor Geral do Campus Campo Novo do Parecis	
GERALDO APARECIDO POLEGATTI Diretor Geral do Campus Juína	
GILCÉLIO LUIZ PERES Diretor Geral do Campus Avançado Tangará da Serra	
GILMA SILVA CHITARRA Diretora Geral do Campus Avançado Sinop	
JOÃO VICENTE NETO Diretor Geral do Campus Avançado Lucas do Rio Verde	
JOSDYR VILHAGRA Diretor Geral do Campus Barra do Garças	
JOSÉ LUIZ DE SIQUEIRA Diretor Geral do Campus São Vicente	
JULIO CÉSAR DOS SANTOS Diretor Geral do Campus Alta Floresta	
LUIZ CARLOS DE FIGUEIREDO Diretor Geral Substituto do Campus Cuiabá	
MARIA AUXILIADORA ALMEIDA Diretora Geral do Campus Avançado Diamantino	

MILSON EVALDO SERAFIM Diretor Geral do Campus Cáceres	
OSMAR ANTÔNIO MAGNABOSCO Diretor Geral do Campus Rondonópolis	
RAFAEL DE ARAÚJO LIRA Diretor Geral do Campus Confresa	
SANDRA MARIA DE LIMA Diretora Geral Do Campus Várzea Grande	
SUZANA APARECIDA DA SILVA Diretora Geral do Campus Bela Vista	
ASSESSORIAS DO CODIR/IFMT	
NOMES	ASSINATURAS
EWERTON VIEGAS ROMEO MIRANDA Redator da Ata	
WILLIAN SILVA DE PAULA Mediador	
NÁDIA LOUISE D. S. FREITAS Secretária	